

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA NOS ANOS DE 1950: A INFLUÊNCIA DOS
INTELECTUAIS DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS
BRASILEIROS NO PENSAMENTO PEDAGÓGICO-POLÍTICO DE
PAULO FREIRE**

Cleber Ferreira Santos¹

Resumo: O presente artigo objetiva destacar de que modo um grupo de intelectuais, advindos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi o responsável por corroborar para o delineamento do pensamento pedagógico-político freireano. Para tanto, utilizou-se como fonte de pesquisa a aula inaugural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ministrada em 1956, pelo filósofo e professor desse Instituto Álvaro Vieira Pinto, e publicada pelo Ministério da Educação (MEC) no mesmo ano, uma vez que essa aula foi essencial para compreender com mais propriedade a construção do pensamento intelectual de Paulo Freire. Assim, atentando-se para a relação entre o intelectual e as representações do subdesenvolvimento, encontra-se em Roger Chartier (1990, 1991e 2002) uma tríade adequada para a leitura dessa fonte, a saber: prática, apropriação e representação. Como resultado, destacam-se categorias marcantes que circularam no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e que foram apropriadas por Paulo Freire, principalmente em sua tese defendida em 1959 (Educação e Atualidade Brasileira). Em síntese, o “campo” político em que estavam imersos os intelectuais do referido Instituto, e *a posteriori* Paulo Freire, foi aquele dos anos de 1950/60, cuja ação principal dos intelectuais desse tempo pautou-se na tentativa de emancipação política e social das massas por meio da educação, objetivando o desenvolvimento nacional brasileiro.

Palavras-chave: Intelectuais. Educação. Política. Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

**EDUCATION AND POLITICS IN 1950: THE INFLUENCE OF INTELLECTUALS
OF THE HIGHER INSTITUTE OF BRAZILIAN STUDIES IN PEDAGOGIC-
POLITICAL THOUGHT OF PAULO FREIRE**

Abstract: This article aims to highlight how a group of intellectuals, arising from the Higher Institute of Brazilian Studies, were responsible for the design to corroborate the Freirean pedagogical and political thought. Therefore, we as a source, the inaugural class of the Higher Institute of Brazilian Studies, given in 1956 by the philosopher and teacher of this Institute Alvaro Vieira Pinto, and published by the Ministry of Education in the same year, because we believe this is one of the keys to understand a little better the construction of intellectual

¹ Graduado em História pela Faculdade Saberes/ES. Especializado em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade de Educação de Serra - Fase/ES. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). E-mail: cleberfshistoria@gmail.com

thought of Paulo Freire. Thus, paying attention to the relationship between the intellectual and the representations of underdevelopment, we find Roger Chartier (1990, 1991 and 2002), a proper triad for reading our source, namely practice, appropriation and representation. As a result, we highlight salient categories that circulated inside the Higher Institute of Brazilian Studies and were appropriated by Paulo Freire, especially in his thesis defended in 1959 (Education and Brazilian-Date). In summary, we believe that the "field" politician who were the intellectuals of the Institute, and posterior, Paulo Freire was one of the years 1950/60, the main action of the intellectuals of the time it is guided in an attempt to political emancipation and social masses through education, with a view to the Brazilian national development.

Keywords: Intellectuals. Education. Politics. Higher Institute of Brazilian Studies.

1 INTRODUÇÃO

Formalmente, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)² foi constituído em 1955, com base em estudos originados no final do governo Vargas. No entanto, o pensamento que conduziu o instituto remontou às experiências de um grupo de intelectuais jovens que, sob a coordenação de Hélio Jaguaribe, em fins da década de 1940, teve acesso, conduzidos por Augusto Frederico Schmidt, à 5ª página do jornal “O Comércio”.

No Decreto nº 37.608, o ISEB é descrito como uma instituição criada em 14 de julho de 1955, e inaugurado em sete de outubro do mesmo ano, cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente com a finalidade de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando, assim, a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

Na aula inaugural do ISEB, ministrada pelo professor de Filosofia, Álvaro Vieira Pinto, ficou evidente o projeto isebiano de educação para o desenvolvimento do país daquela época, cuja educação das massas seria de grande importância na estratégia desses intelectuais. Assim,

² O Decreto nº 37.608, elaborado no governo Café Filho, em 14 de julho de 1955, criou o ISEB, vinculado ao Ministério da Educação (BRASIL, 1955).

“pretender fazer valer a razão, alcançar o consenso nacional e colocar o Estado a serviço do desenvolvimento nacional, implica, reconhecer como central, a questão da educação e da organização ideológica das massas” (PINTO, 1960, p.43).

Já na tese apresentada por Paulo Freire em 1959, o que se pode inferir é uma concordância clara da ideologia política dos intelectuais do ISEB, sobretudo, daquele que, sem dúvida, influenciou diretamente seu pensamento, Álvaro Vieira Pinto. Para tanto, é relevante o estudo das obras “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, de Pinto (1960) e “Educação e Atualidade Brasileira”, de Paulo Freire (1959), em busca das principais categorias que desenharam a política pedagógica do intelectual Paulo Freire.

Sendo assim, o presente artigo está dividido em três capítulos. No primeiro, “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros: entre Memória e História”, destaca-se a criação do ISEB, bem como o papel ocupado por seus intelectuais na política brasileira dos anos 1950. No segundo capítulo, descrito como “Intelectuais engajados: Educação para o Desenvolvimento”, buscou-se, nas principais categorias elencadas pelos intelectuais do ISEB, principalmente as especificadas pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto, os temas principais que estruturaram a política pedagógica de Paulo Freire. Em um terceiro momento, explorou-se o método chartieriano de leitura de textos, o qual se tornou apropriado para a “leitura das fontes utilizadas para elaboração deste artigo”, em um capítulo denominado de “Contribuições Metodológicas para o Campo da Educação”.

2 O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS: ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Constituído por intelectuais engajados na resolução do subdesenvolvimento brasileiro, os isebianos históricos³ se caracterizaram por um conjunto de estratégias político-educacionais

³ A denominação “os históricos” se tornou o modo como ficaram conhecidos os intelectuais mais recorrentes dentro do Instituto, ou seja, aqueles que estiveram presente da abertura do ISEB, em 1955, ao fechamento pelas forças do Regime Militar, em 1964.

que tinham como uma de suas principais metas a inserção das massas no discurso acerca das problemáticas enfrentadas pelo Brasil dos anos 1950. Para tanto, criaram um lugar de memória denominado ISEB, que corroborou para o delineamento entre história, cultura, política e educação no Brasil desenvolvimentista.

No Decreto nº 37.608, que tornou público a criação do ISEB, o instituto é descrito como uma instituição criada em 14 de julho de 1955 e inaugurada em sete de outubro do mesmo ano, cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente com a finalidade de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando, assim, a elaboração de instrumentos teóricos que permitiriam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.

A geração de intelectuais dos anos 1950, e, principalmente, a partir do ano de 1955, de acordo com Daniel Pecáult (1990), estava segura de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas. Os intelectuais do ISEB, no cruzamento entre política e educação, ancoraram o instituto como um lugar de lembranças e resgate do passado recente, da história brasileira.

Os isebianos estavam certos de que a superação do subdesenvolvimento ocorreria da base para o topo, isto é, das massas para o Estado, pois, para eles, só haveria rompimento com o passado colonial se houvesse consciência da realidade, por parte das massas, da problemática político-educacional existente. Alzira Alves de Abreu assim dispõe:

O objetivo principal que orientava os estudos do ISEB era a compressão dos meios capazes de promover o desenvolvimento como igualdade das condições de existência humana, melhoria das condições de vida, abolição das condições intoleráveis em que vivia grande parte dos homens, isto é, o desenvolvimento implicava na existência de uma consciência social, ou seja, a comunidade deveria perceber a necessidade imperiosa de solucionar seus problemas, sendo de suma importância um esforço coletivo para formulação do projeto de desenvolvimento nacional (ABREU, 2007, *apud* REIS; FERREIRA, p.420).

Para os intelectuais do ISEB, as massas deveriam cooperar voluntária e conscientemente para o desenvolvimento, e um trabalho educativo que promovesse “o progresso da ideologia na

consciência nacional” muito poderia fazer para superar o subdesenvolvimento brasileiro. Dispondo de uma modesta verba concedida pelo Ministério da Educação, com a qual atendia as suas principais atividades, como o aluguel da sede do Instituto, e mantendo um fundo para publicar suas obras, o ISEB procurou suscitar os principais entraves que impediam a guinada do Brasil rumo ao futuro.

As atividades do ISEB consistiam, então, em cursos anuais de Ciência Política, ministrados pelo professor Hélio Jaguaribe, de Economia (Ewaldo Correia Lima), de Sociologia (Guerreiro Ramos), de História (Candido Mendes e Werneck Sodré) e de Filosofia (Álvaro Vieira Pinto). Os alunos eram predominantemente indicados por instituições públicas e acadêmicas, sendo admitidas inscrições individuais. Além disso, mantinha-se também um ciclo anual de conferências sobre problemas brasileiros, ao passo que se procedia à publicação de livros de autoria de membros do ISEB.

Os cursos regulares ministrados no interior do Ministério da Educação (MEC) incluíam aulas, seminários, trabalhos de grupos e conferências, com duração de um ano letivo, que, ao final do curso, os alunos deveriam apresentar uma *tese* para lograr certificação. Esse curso era ministrado a duas categorias de alunos: estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial. A categoria de estagiários de tempo integral era constituída por representantes de instituições ligadas ao governo, nos seus diferentes níveis, bem como pela federação de trabalhadores e alguns sindicatos. Havia também a presença de organizações estudantis, que se apropriavam dos cursos ofertados pelo instituto.

De acordo com o Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB⁴, no período de 1956 a 1960 foram ministradas um total de 1452 aulas e 332 seminários, com destaque para a disciplina de Filosofia, a mais lecionada nos quatro anos apontados pelo relatório, tendo à frente o professor Álvaro Pinto como o professor mais presente em sala de aula. O relatório também aponta a materialidade da educação isebiana nas aulas inaugurais, no curso regular de cada ano, como se pode observar a seguir.

⁴ Relatório Sucinto das Atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960, Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52, 30, 49).

- Em 14 de maio de 1956, aula proferida pelo professor Álvaro Vieira Pinto, chefe do Departamento de Filosofia, com o tema denominado “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, cuja solenidade contou com a presença do então Presidente da República, Juscelino Kubistchek.
- Em 22 de maio de 1957, aula proferida pelo professor Alberto Guerreiro Ramos, chefe do Departamento de Sociologia, tendo como tema “Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional”. Já em 1958, a aula foi lecionada pelo professor Cândido Antônio Mendes de Almeida, chefe do Departamento de Política, versando sobre “Nacionalismo e Desenvolvimento”.
- No ano subsequente, mais precisamente em 12 de março de 1959, no auditório do ISEB, quem proferiu a aula “Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro” foi o professor de História Nelson Werneck Sodré.
- Em 1960, a aula contou com a presença do professor Ignácio Rangel, chefe do Departamento de Economia, que apresentou o tema “Recursos Ociosos na Economia Nacional”.

Grande parte dos intelectuais do ISEB, de acordo com Vanilda Paiva (2000), receberam influência direta do sociólogo Húngaro Karl Mannheim⁵ (1893-1947). Segundo Paiva (2000), para Mannheim a reforma da educação, como também a reforma da sociedade, caminhariam juntas, como parte de um mesmo processo em que deveriam refazer as instituições sociais e o comportamento dos indivíduos, em um ajustamento contínuo a novas situações.

O desenvolvimento da nação era interpretado pelos isebianos históricos basicamente como processo de mudança que possibilitasse a democratização, que, por sua vez, funcionaria como motor de novas transformações, à medida que propiciasse a formação de “um novo modelo de homem”, o qual, conscientemente, contribuiria para o processo de desenvolvimento.

⁵Karl Mannheim (1962) denunciou a existência de uma relação entre as formas de conhecimento e a estrutura social e tentou resolver o problema daquilo a que chamou de “implicações relativistas da sociologia do conhecimento”, apontando soluções para o princípio postulado de que, se todas as crenças podem ser socialmente localizadas, é impossível qualquer critério de verdade socialmente independente.

Para Vanilda Paiva, os intelectuais do ISEB não só representaram as problemáticas do tempo deles, como também influenciaram uma legião de intelectuais, como é o caso de Paulo Freire, destacado por Paiva.

[...] O ideal de criar consciência nas massas a partir dos cursos ministrados pelos Intelectuais do ISEB marcaram de maneira profunda o ideário de educação libertadora vista em Paulo Freire. Freire não apenas aceitava os ideais sociais e políticos defendidos pelos isebianos, como também aceitava suas interpretações da realidade brasileira (PAIVA, 2000, p. 160).

Vale destacar, pelas análises de Paiva (2000), que muitos dos ideais de Freire foram filtrados pela produção intelectual isebiana ou pela leitura direta daqueles autores, isto é, até meados da década de 1960, o que se percebia era uma preocupação central de Freire acerca do desenvolvimento nacional e da conscientização das massas.

Ao se apropriar da tese apresentada em 1959, na qual Freire reafirma constantemente a sua concordância com a ideologia isebiana, encontraremos a defesa clara de uma posição diretiva. Desse modo, “as massas, afirmava ele citando Vieira Pinto, precisavam cooperar voluntária e conscientemente para o desenvolvimento, se tal não ocorresse de nada valeria a promoção do desenvolvimento pelo poder Público” (PAIVA, 2000, p. 163).

3 INTELLECTUAIS ENGAJADOS A SERVIÇO DA NAÇÃO: “EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO”

A geração de intelectuais dos anos 1950/60 estava centrada no que considerava uma necessidade imperiosa da nação brasileira, a de conscientização da sociedade acerca dos problemas existentes a serem superados pela nação. No ISEB, o intelectual que ergueu a bandeira da conscientização foi o filósofo Álvaro Vieira Pinto, que atribuiu a missão do desenvolvimento nacional às massas existentes no seio do Brasil de 1950.

Vieira Pinto estava expressamente comprometido com o ISEB na busca de superar o subdesenvolvimento brasileiro, bem como pautava todos os seus esforços pela melhoria da educação das massas. O filósofo deixou claro que para haver desenvolvimento nacional seria

necessário criar um novo modelo de educação, a fim de conduzir o processo de mudanças que a nação precisava para vislumbrar um futuro promissor. Tratava-se, portanto, de uma “representação da realidade brasileira”.

Neste momento em que a comunidade brasileira atinge o limiar da consciência nacional, caracterizada por inédita representação de sua realidade, e se dispõe a projetar e empreender o desenvolvimento dos recursos materiais, que a deve conduzir a outro estágio de existência, torna-se indispensável criar um novo conceito de educação, como parte essencial daquele projeto, e condição do seu complexo êxito (PINTO, 1960, p.43).

Na tese proferida por Freire, Vieira Pinto é um dos autores mais citados, ao lado de Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier. Um dos objetivos principais de Freire em sua tese foi analisar a educação na atualidade dos anos 1950, visando aos acontecimentos do passado, para assim, buscar no presente o novo. Segundo Freire (1959), a convivência entre o velho e o novo gerava na população brasileira um comportamento contraditório, expresso na oposição entre a inexperiência democrática do País e a emersão do povo na vida pública.

Ao citar o isebiano Hélio Jaguaribe, Freire (1959, p. 28) dizia: “[...] mas, o que é preciso, é aumentar nas ‘massas’ o grau de consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço, e dar-lhes uma ideologia do desenvolvimento, já que o problema que se faz é de educação, e organização ideológica”.

Nesse processo de fornecer ideologia à população brasileira, tanto para os intelectuais do ISEB quanto para Paulo Freire, a educação teria um papel fundamental, a de ser um instrumento de superação do subdesenvolvimento e do despertar da consciência nas massas. Dizia Pinto (1960, p. 15) [...] só agora começamos a despertar a incompreensão do papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o corpo nacional”.

Para Freire (1959), a nação passava por um estágio de transição, em que se transformaria a consciência da sociedade de sua época. Já Pinto (1960) destacava que o Brasil jamais havia vivido de forma tão profunda e tão inquietante a realidade brasileira. As reflexões até aqui expostas apontam para a importância do papel do intelectual para a leitura do “tempo”, de seu

tempo. Afinal, esses intelectuais foram testemunhas do Brasil de sua época e respiraram as problemáticas contidas nele.

Para Leite e Alves (2011, p.328), os intelectuais são pessoas privilegiadas em uma sociedade desigual. A questão da relação entre o intelectual e a política conduz, portanto, areflexões sobre a responsabilidade social do intelectual e à necessidade de identificar a cultura política desses sujeitos da ação.

Entre os historiadores franceses mais comprometidos com a elaboração de uma metodologia adequada para o estudo dos intelectuais, destaca-se Jean-François Sirinelli, que procura situar a história dos intelectuais no cruzamento das histórias política, social e cultural. De acordo com Sirinelli (2003, p. 262, *grifo nosso*), para o papel dos intelectuais, seria preciso “[...] estabelecer um terceiro nível, uma observação baseada na circulação e no *dégradé* entre ideologias, cultura política e mentalidades coletivas”.

Os intelectuais da educação das décadas de 1950/60 estavam certos da missão pessoal de promover o Brasil rumo ao futuro. Portanto, tanto para Freire, como para os intelectuais do ISEB, seria necessário formular consciência nas massas. Acreditavam também que era preciso colocar o Estado a serviço do progresso, a serviço da ideologia do desenvolvimento.

Essa geração de intelectuais esteve, sobretudo, ligada a instituições do Estado. Paulo Freire, por exemplo, começou sua carreira acadêmica vinculado ao Serviço Social da Indústria (SESI), no qual teve um contato mais direto com ideários educacionais; já Vieira Pinto, bem como os demais isebianos, fundaram e formularam suas ideias sobre a educação no ISEB, integrante do MEC.

O SESI pode ser considerado um marco na trajetória intelectual de Freire. Por meio dele, Paulo Freire passou a ministrar palestras no campo da Educação, o que possibilitou a esse autor viajar por muitos estados do Brasil, promovendo palestras educativas para pais de alunos sobre violência doméstica. Os trabalhos realizados no SESI contribuíram para Freire

formular conceitos no campo da Educação, bem como serviram de base para construir a representação de si, de que estava a serviço do desenvolvimento do país.

Não só Freire, como também os isebianos históricos se apropriaram de seus respectivos institutos, fazendo-os um lugar de memória coletiva. De acordo com Maurice Halbwachs (1990, p.23),

o resultado para onde nos conduz a memória, permitiria talvez responder a objeções mais sérias e, aliás, a mais natural a que nos expomos quando percebemos que só temos capacidade de lembrar quando se colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos, e de nos situarmos, novamente, em uma corrente de pensamento coletivo.

De modo mais amplo, ageração de intelectuais da década de 1950, ligada a instituições vinculadas ao Estado, estava imersa no que considerava ser necessário para conscientizar a sociedade brasileira de que seria de suma importância um esforço mútuo para o desenvolvimento da nação.

Somado a isso, havia uma convicção do que chamavam de “nova Realidade” brasileira. Álvaro Vieira Pinto, na aula inaugural em 1956, no ISEB, dissera: “Jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e tão inquietante a realidade brasileira” (PINTO, 1960, p. 11). Já Freire afirmava que em todo “nosso” *back-ground* cultural existiam condições de experiência, de vivência da participação popular da coisa pública (FREIRE, 1959, p.69).

A ausência de tomada de consciência objetiva da realidade, dizia Pinto (1960), por parte dos melhores homens, privava-os de percepção histórica segura e global, desnorteando-os e dividindo-os em confusões elementares, o que acabou por contribuir para o atraso do processo de desenvolvimento, pois, para ele, não havia interpretação sem categorias prévias de interpretação. Dizia ele: “partimos, pois, deste dado absolutamente primordial, de que o Brasil é, antes de tudo, um corpo em crescimento” (PINTO, 1960, p.15).

Para Pinto (1960), não haveria promoção do desenvolvimento nacional sem a súbita tomada de consciência das massas. Quando o processo de desenvolvimento nacional, em todos os setores, passasse a dar aos indivíduos existentes no seio das massas a oportunidade de

superação ocorreria o que Pinto (1960) denominava de “súbita tomada de consciência” de sua própria situação, e por meio dela, da realidade brasileira.

Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo, figurante mudo da trama social, no qual só tinha atuação mecânica, em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente [...] Fazendo o descobrimento da própria voz, o homem do povo vai utilizá-la naturalmente para exprimir a miséria da sua condição e reclamar contra ela (PINTO 1960, p. 18).

Ao que parece, essa consciência para o desenvolvimento, de que falava o professor Pinto em meados de 1956, exerceu grande influência na tese apresentada por Freire em 1959. “Educação e ideologia do desenvolvimento”, bem como “Educação e conscientização”, são categorias de suma importância para se compreender os ideais político-educacionais presentes no interior do ISEB e também pontos-chave para uma melhor compreensão da formação pedagógica de Paulo Freire.

Freire (1959) falava da passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, que ocorreria no percurso da industrialização do Brasil e, por conseguinte, de seu desenvolvimento. Para tanto, dizia Freire, mencionando especificamente o isebiano Guerreiro Ramos, era preciso uma educação democrática, cuja funcionalidade seria garantida pela forma do diálogo, cunhada por Freire de “dialogação”: “A assistencialização é o máximo de passividade do homem diante dos acontecimentos que os envolvem, opõe-se a nossa dialogação que coincide com o de parlamentação do professor Guerreiro Ramos” (FREIRE, 1959, p. 53).

A *consciência ingênua*, isto é, a consciência da existência bruta, destituída de subjetividade e de perspectiva histórica, vinha cedendo, de acordo com Freire (1959), a novos esquemas de avaliação e compreensão dos fatos, a uma *consciência crítica*, caracterizada pelo desprender-se ativo das coisas, pela aquisição de liberdade diante delas, pela historicidade. Esse processo afetaria os indivíduos, grupos e, principalmente, a coletividade nacional, como já havia pontuado Vieira Pinto, ao dizer que: “a tomada de consciência das massas, por ela mesma, resultaria na tomada de consciência da realidade Brasileira” (PINTO, 1960, p. 17-18).

Pode-se dizer que Álvaro Vieira Pinto foi um dos intelectuais mais preocupados com a problemática da educação das massas no interior do ISEB, preocupação que também foi latente nas abordagens pedagógicas freireanas. Para Freire (1959), a Educação seria o meio a partir do qual se deveria difundir o progresso da ideologia na consciência nacional. De acordo com Pinto (1960) o planejamento racional da sociedade seria uma etapa fundamental para o desenvolvimento da nação. Em síntese, para ambos os autores citados, a educação deveria proporcionar condições de participação política das classes populares na vida pública.

A geração de intelectuais do ISEB, sobretudo o professor Vieira Pinto, impactou de maneira muito positiva o pensamento pedagógico de Freire, como exposto. Em sua tese defendida em 1959, Freire referenda o filósofo Vieira Pinto com um ato de concordância clara, com aquele que exerceu um papel muito importante em sua vida intelectual.

O processo de desenvolvimento é função da consciência das massas, contudo, mais uma vez damos a palavra ao mestre Vieira Pinto. É imprescindível dedicar algumas palavras ao menos à segunda questão em que há pouco nos referimos, a saber: como se poderá promover o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meio é possível favorecer essa difusão? Enunciar essa questão é simplesmente formular o problema da educação das massas (FREIRE, 1959, p.20).

Os intelectuais do ISEB estavam decididos a serem plenamente a inteligência brasileira. Com isso, marcaram o próprio tempo, criaram teorias que suscitaram as problemáticas do Brasil dos anos 1950/60, e buscaram romper com os traços característicos do Brasil da época colonial. Suas preocupações fundamentais pautaram-se na cultura, política e educação da sociedade brasileira. Assim, formaram percursos, entre os quais se encontrava professor Paulo Freire, intelectual engajado, que dedicou sua vida em prol da educação das massas e deixou, entre história e memória, um legado inexorável para gerações futuras, da mesma forma que os isebianos assim o fizeram.

4 REPRESENTAÇÃO, PRÁTICA, APROPRIAÇÃO: “CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO”

Como produto e produtor da realidade, as representações referem-se a um conjunto de ordenações simbólicas que permitem não só significar a realidade, mas também produzi-la. Foi baseado na realidade das representações, ou dito de outra forma, “da força social das percepções do mundo social”, que a leitura das fontes, privilegiadas por nós neste artigo, tornou-se possível. E é também baseado na força das representações que pesquisas nos diversos campos da Educação poderão ser desenvolvidas.

De acordo com Chartier (2009, p. 52), “as representações não são reflexos do verdadeiro ou do falso da realidade, mas entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social”. Ademais, são elas que permitem acreditar que o passado é, efetivamente, o que dizem que é. As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Diante do exposto, para cada caso, há um necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza.

Concomitante com o pensamento de Chartier (1990), as percepções do social produzem estratégias e práticas sociais e políticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, ao mesmo tempo em que legitimam um projeto de reforma para os próprios indivíduos, interferindo em suas escolhas e condutas. As apropriações daquilo que foi dado a ler em determinada época, como bem expressou Chartier (1990), configuram espaços em que tais práticas de escrita se efetivam ou não, dando margem ao leitor para que se movimentem dentro de um tenso lugar localizado entre a liberdade de leitura e dispositivos para refreá-la. Portanto, infere-se que as apropriações e práticas figuram como produto de um determinado tempo histórico.

Por outro lado, o que a escrita apreende é a poderosa força de linguagens, dos ritos e das práticas do mundo social. Múltiplas são as formas que permitem a leitura do mundo social. A apropriação das linguagens, o uso metafórico ou material dos objetos do cotidiano, os

discursos públicos, tudo isso retorna ao mundo social por meio de apropriações por parte de seus leitores.

Uma política da leitura, dizia Certeau (2012, p. 244), “deve, portanto, articular-se a partir de uma análise que, descrevendo práticas há muito tempo efetivas, as torne politizáveis”. As práticas têm por principal finalidade identificar, como para cada época e para cada meio, as modalidades partilhadas do ler adquirem formas e sentidos, e como essas são colocadas no centro de sua interrogação nos processos pelos quais um texto é historicamente produzido, no tempo e no espaço.

O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos em formas impressas possivelmente diferentes, podem ser diversamente apreendidos e compreendidos [...] razão da necessidade de um segundo deslocamento sobre as redes de práticas que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação com os textos (CHARTIER, 2002, p.70).

Com as práticas cunhadas por Chartier (1990) pode-se dizer que a leitura dos textos não é somente uma operação abstrata, ela é uso de corpo, inscrição em um espaço, relação consigo e com o outro. Com as práticas é possível, por exemplo, tentar vislumbrar o horizonte de expectativas do imaginário do futuro projetado por intelectuais de diversos tempos históricos, não só deles, como também do público ao qual eles endereçavam seus escritos e suas falas.

Diz-se “falas”, pois as apropriações não acontecem somente por e em textos escritos. Como bem pontuou Chartier (2009), elas ocorrem também pela escuta. Nesse caso, cabe ao pesquisador mostrar-se capaz de observar, na forma literária ou na forma oral, os indícios do contexto da produção, da circulação e da recepção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que havia de mais positivo na postura dos intelectuais do ISEB era sua inserção no Brasil de seu tempo, a preocupação não só em entender o país, mas também de formular um modelo para seu presente e futuro. Enquanto muitos cursos da área de ciências humanas dedicavam-se a ensinar e estudar teorias importadas, e até usá-las como base de pesquisas empíricas na

década de 1950, o ISEB atentava-se em construir instrumentos teóricos e metodológicos para interpretar o Brasil e nele atuar praticamente.

A postura político-pedagógica de Paulo Freire foi fruto dessa geração jovem que ainda no limiar dos anos 1940 se engajou não somente em busca de respostas, mas, sobretudo das interrogações sobre as principais nuances enfrentadas pelo Brasil. A posição ocupada por Paulo Freire era representativa da geração de intelectuais mediadores, atentos às relações entre Estado e sociedade. A relação entre educação de massas, consciência nacional e desenvolvimentismo, a que Freire sempre remetia em suas análises críticas em torno do Estado brasileiro, foi apropriada da “fábrica de teorias”, conhecida também como ISEB.

Ao ter como fonte de leitura a aula inaugural do ISEB, proferida pelo professor Vieira Pinto, para lê-la nos valem do método chartieriano de leitura de textos. Os achados na força das representações em muito contribuíram para criarmos nossa hipótese, a de que Paulo Freire se apropriou de categorias-chave advindas do ISEB, com vistas a vislumbrar um novo modelo de homem (Brasil desenvolvido), por meio de sua pedagogia, que ficou conhecida como “libertadora”. Categorias como Educação e Ideologia, Educação e Conscientização, Educação e Consciência Nacional e Desenvolvimentismo, sistematicamente utilizadas por Freire, foram encontradas na leitura da aula inaugural do ISEB, bem como sua concordância clara com os intelectuais do ISEB, sobretudo o intelectual Vieira Pinto.

Este estudo resulta de uma pesquisa em andamento. Sendo assim, cada novo achado torna possível formular novas hipóteses a respeito desse intelectual que muito influenciou (e continua a influenciar) professores e pesquisadores no campo da educação brasileira. O tempo em que esses intelectuais estavam postos sofreu intervenção direta do Golpe Militar de 1964 e culminou no fechamento do ISEB e na apreensão de toda a documentação desse instituto, o que vem dificultando e muito a leitura desse importante período da história política brasileira. Todavia, foi um documento descrito como Relatório Sucinto de Atividades do ISEB, divulgado na tese de doutoramento da pesquisadora e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Maria Tereza Cavalcanti, que possibilitou acessar o conteúdo da aula inaugural proferida pelo professor Álvaro Vieira Pinto, publicada pelo MEC, em 1960.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto-Lei nº 37.608**, de 14 de julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1995.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório Sucinto das Atividades do ISEB**: de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Rio de Janeiro: Seção de Manuscritos, Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro: 52, 30, 49), s.d.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Fidel, 1990.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n.11, jan./abr.1991.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. Tese de concurso para a cadeira de história e filosofia da educação na escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo. Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.
- LEITE, Juçara, Luzia; ALVES, Claudia. **Intelectuais e história da educação no Brasil**: poder, cultura e política. Vitória: EDUFES, 2011.
- MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade**. Estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 27-43, jan./jun. 2017.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge. **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945 - 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

Trabalho recebido em: 03/08/2016

Aceito em: 05/06/2017

Publicado em: 30/06/2017

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO:

SANTOS, Cleber Ferreira. Educação e política nos anos de 1950: a influência dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no pensamento pedagógico-político de Paulo Freire. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 23, n. 1, p. 27-43, jan./jun. 2017.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 23, n. 1, p. 27-43, jan./jun. 2017.